

**HABEAS CORPUS Nº 440.273 - SC (2018/0055399-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : AURY CELSO LIMA LOPES JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401  
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603  
AURY CELSO LIMA LOPES JUNIOR - RS031549  
ANTÔNIO BRUM BROSSARD DE SOUZA PINTO -  
RS110857  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA  
**PACIENTE** : JEFFERSON DIEGO PADILHA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Jefferson Diego Padilha**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou o HC n. 40009333220188240000 (fl. 60):

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 2º, §§ 2º E 4º, INC. I, DA LEI N. 12.850/2013, NO ART. 121, § 2º, INCS. IV E VII, NO ART. 180, CAPUT, E NO ART. 311, CAPUT, TODOS DO CÓDIGO PENAL. SUSTENTADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO. INOCORRÊNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDADA NA NECESSIDADE DE ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA E A INSTRUÇÃO CRIMINAL. A GRAVIDADE DO DELITO E AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS, ALÉM DE INDICAR A PERICULOSIDADE DO AGENTE, JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO DA PRISÃO. PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP ESPECIFICADOS. PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. EVENTUAL RETARDO JUSTIFICADO EM RAZÃO DA ALTA COMPLEXIDADE DOS DELITOS. DENÚNCIA JÁ OFERECIDA E RECEBIDA, TENDO A AÇÃO REGULAR PROSSEGUIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INOCORRENTE. ORDEM DENEGADA.

Aponta-se na impetração a ilegalidade da prisão preventiva do paciente, afirmando-se, em suma, não haver indícios suficientes de autoria,

falta de fundamentação em concreto do *periculum libertatis*, inexistência de fundamentação concreta acerca da aplicação das medidas cautelares, além de excesso de prazo.

A liminar foi indeferida (fls. 852/854).

Informações prestadas às fls. 858/951.

Parecer do Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 954/965).

É o relatório.

O presente *writ* perdeu o objeto.

Em consulta ao portal eletrônico do Tribunal de origem, verifiquei que, em 27/11/2018, foi proferida sentença de pronúncia, negando o direito de recorrer em liberdade (Ação Penal n. 00187353120178240038 – Vara do Tribunal do Júri de Joinville/SC).

Assim, a sentença de pronúncia constitui novo título prisional ainda a ser submetido ao exame do Tribunal de origem.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator